



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL**

Hadassa Pio Santana Dias

**A VIVÊNCIA EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
IMIGRANTES MORADORES DE OCUPAÇÕES URBANAS NO
CENTRO DE SÃO PAULO**

**São Paulo
2023**



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL**

Hadassa Pio Santana Dias

**A VIVÊNCIA EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
IMIGRANTES MORADORES DE OCUPAÇÕES URBANAS NO
CENTRO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Graduação Individual apresentado
como requisito para obtenção do Título de
bacharel em Geografia, sob orientação do Prof.
Dr. Eduardo Giroto

**São Paulo
2023**

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais por confiarem e terem paciência comigo e com meu sonho de transformar através da educação, ao meu esposo por me transmitir coragem a todo tempo e não duvidar dos meus bons resultados, ao meu irmão por me ter como profissional inspiração independente do salário baixo, independente do estigma, sempre me descrever como “a irmã mais velha que é professora de geografia” seguido de um intenso brilho no olhar. Agradeço às minhas avós por sempre me incentivarem a seguir carreira na educação, as minhas tias que são professoras a décadas e lutam para fazer da educação brasileira um lugar melhor, agradeço também a todos os irmãos e irmãs que oraram por mim. Agradeço as minha companheiras de carreira, por nunca me abandonarem e não deixarem meu percurso docente solitário, a Duda por ter me acompanhado com o coração aberto e sorriso no rosto em todas as visitas às ocupações, aos coordenadores da ocupação República por abrirem as portas para mim, agradeço imensamente a cada criança e adolescente que compartilharam um pouco da sua realidade para que esse estudo se tornasse sólido.

Dedico esse trabalho a cada criança e adolescente migrante, preta e morador de ocupação, que migram muitas vezes sem entender o motivo e sofrem racismo e todos outros tipos de preconceito, mas que, mesmo assim, perseveram acordando todos os dias e seguindo em frente. Por último, dedico esse trabalho principalmente ao Senhor Jesus, por ter me feito professora por dentro e por fora, a Ele toda honra, glória e louvor.

Resumo

Com o objetivo de entender a dinâmica e vivência educacional de crianças e adolescentes que residem em ocupações urbanas no centro de São Paulo e apresentar a realidade geral das ocupações no bairro República, discutir a existência de um diálogo entre realidade dos estudantes e dinâmica escolar, verificar também a existência de políticas educacionais específicas para os estudantes de ocupação, análise da percepção de crianças e adolescentes que residem em ocupações sobre suas vivências escolares de dia a dia.

Estudo focado no sujeito estudante, como foi construída sua visão sobre a educação e sobre a escola, como eles e elas lidam com os momentos de estudos dentro de casa, esses momentos são possíveis? Os assuntos estudados vão de encontro com as futuras necessidades profissionais deles? Como a comunidade lida com os estudantes que ali residem, é necessário conciliar estudos e trabalho? Se sim, o quanto isso afeta a vida estudantil desses estudantes? Abordar também aspectos relacionados a transporte para o colégio, como são essas escolas e como os professores lidam com esse padrão de alunos e alunas.

Para a primeira parte do trabalho a metodologia usada foi o estudo de casos e revisão de bibliografia para entender a realidade geral das ocupações urbanas no Brasil e as políticas educacionais que existem para estudantes com essas características de moradia. Para analisar a percepção das crianças e adolescentes residentes em ocupações sobre suas escolas, a metodologia adotada foi de grupos focais, que foram organizados em dois grupos principais, um primeiro grupo com crianças matriculadas na educação infantil ou fundamental I e outro com crianças e adolescentes do ensino fundamental II e ensino médio.

Foram feitos alguns encontros com essas crianças, inicialmente propondo uma conversa mais informal com intervenção artística para as crianças do fundamental I, para que seja desmistificada a forma como elas veem suas escolas através de desenhos e, para o grupo dois, foi utilizada uma dinâmica de associação de palavras para entender melhor qual a relação delas com a escola, aqueles que não se sentirem confortáveis com o uso de palavras poderá

também usar os recursos artísticos. Após o primeiro contato, foi conversado com os grupos usando tópicos associados à pesquisa, seguindo uma linha de entrevista informal. Para entender melhor como as famílias que residem ali vêm e lidam com os estudantes entrevistados, foi aplicado a mesma metodologia de grupo focal.

Abstract

With the intent of understanding the dynamic and educational experiences of children and teenagers that reside in the “urban occupations” of downtown São Paulo and present the general reality of the “occupations” in the República area, discuss the existence of a dialog between the reality of the students and the school dynamic, also verify the existence of specific educational policies for the students, the analysis of the perception of the children and teenagers that reside on the “occupations” about their daily school experiences .

The research is focused on the student, how their vision was developed on education and school, how they deal with in-house studying, are these moments possible? Do the subjects coincide with their future professional necessities? How does the community deal with the students that reside there? Is it necessary to reconcile studies and work? Also approach the aspects related to commuting to school, how those schools are and how their teachers deal with this group of students.

For the first part of the research, the method used was the case study and revision of a bibliography, to understand the general reality of the “urban occupations” in Brazil, and the educational policies that exist for students in that living state. To analyze the perception of children and teenager residents of those occupations about their schools, the method used was of focal groups, that were organized in two main groups, the first being children enrolled in elementary school and the other with children and teenagers from middle school and high school.

There were a few meetings with those children, initially proposing an informal conversation with artistic intervention for elementary school children, so their view on school would be demystified through drawings, and for the second group a word association dynamic was implemented, to better understand their relation to school. Those not comfortable with the use of the words, could use the artistic resources. After the first contact, a conversation was had with the groups, using topics related to the research, following an informal interview method. To better understand how the residing families see and deal with the interviewed students, the same method of focal groups was applied.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Capítulo I - O direito à educação e as ocupações urbanas: revisão da literatura.....	10
3. Capítulo II - Relato de campo.....	14
4. Capítulo III - O racismo estrutural, a discriminação do imigrante e a educação.....	26
5. Conclusão.....	31
Referências bibliográficas.....	33

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ocupação República	16
Figura 2 - Representação da localização da ocupação no mapa	16
Figura 3 - E. E. DR ^a Maria Augusta Saraiva	17
Figura 4: E.E. Prof ^a Marina Cintra	18
Figura 5 - Pintura de uma das crianças entrevistadas	20
Figura 6 - Pintura de uma das crianças entrevistadas	20
Figura 7 - Pintura de uma das crianças entrevistadas	21
Figura 8 - Pintura de uma das crianças entrevistadas	21
Figura 9 - Registro escrito por um dos adolescentes entrevistado	22
Figura 10: Criança moradora da Ocupação República confeccionando desenho	24
Figura 11: Adolescentes moradores da Ocupação República confeccionando desenho	24
Figura 12: Adolescente morador da Ocupação República confeccionando desenho	25
Figura 13: Adolescentes moradores da Ocupação República confeccionando desenho	25
Figura 14: Criança moradora da Ocupação República confeccionando desenho	26
Figura 15: Autora do TGI cuidando de alguns bebês para que seus irmãos pudessem desenhar e escrever sobre o assunto sugerido	26

1. Introdução

A história recente do Brasil tem mostrado que grupos enormes de migrantes foram empurrados para cidades em decorrência de diversos fatores, tais como a intensa industrialização do campo. Grandes cidades como São Paulo sofrem com a tentativa quase ausente (ou intencional) de reorganizar aqueles que chegam todos os dias e acabam não tendo onde morar, comer, trabalhar e estudar. A visível segregação urbana causada principalmente pela especulação imobiliária, que se mostra sempre em movimento, limita os acessos a bens e serviços públicos, colocando as famílias migrantes e de baixa renda em locais com baixa infraestrutura e até em situações de vulnerabilidade habitacional.

A visão tecnocrata da construção do espaço urbano cresce, a realidade da cidade dividida é deixada de lado. Os que são de fato marginalizados são aqueles que não têm acesso à cidade de forma integral. Em contrapartida aqueles que têm acesso são colocados no foco do financiamento de novas infraestruturas, e onde já foi centro é transformado em periferia, em uma enorme contradição urbana e social, o crescimento urbano acaba por ser sobreposto às classes oprimidas, pressionando-as cada vez mais para dentro das rugosidades mais obscuras da cidade de São Paulo.

O crescimento dos bairros periféricos afastados do centro, sem infraestrutura suficiente e sem esperanças de investimento público, o aumento de migrantes, o descaso e a demora (por parte do governo) para com aqueles que não tem onde morar, os polos de emprego cada vez mais distantes dos trabalhadores, o valor e a infuncionalidade do transporte público acaba por gerar nos trabalhadores o sentimento de necessidade de mudança e é assim que nascem as ocupações urbanas.

De acordo com a secretaria da habitação existiam, em 2018, 206 ocupações na cidade de São Paulo, abrigando 45.872 famílias, sendo mais da metade localizadas no centro da cidade. Os grandes prédios históricos e antigos, deteriorados por anos de negligência são ocupados por famílias que não tem onde morar e se aglomeram em pequenos quartos, sem estrutura sanitária e elétrica necessária para comportar de forma digna essas famílias.

Todas essas famílias estão sob o peso da inconsciência de estarem sendo oprimidas por um sistema falho, onde a falta do conhecimento de sua posição social afeta na não tomada de decisões para futuras mudanças de realidade. Nesta lacuna podemos inserir a importância da educação, em especial, das crianças. Que tipo de educação as crianças que estão nessa realidade estão recebendo? Elas estão indo na escola de forma regular? Como a escola as recebe? Estas são algumas das questões que norteiam a presente pesquisa. Nosso principal objetivo é, a partir do relatos de crianças moradoras de ocupações no centro de São Paulo, compreender como se dá o acesso dos mesmos ao sistema formal de educação na cidade.

Para tanto, fizemos uma pesquisa teórica do assunto seguida por pesquisas de campo, procuramos ocupações onde aceitassem visitas e conversas com as famílias residentes, enfrentamos grandes dificuldades pois as ocupações são acostumadas com frequentes ataques às famílias que ali moram, por isso, muitas não permitiram que as conversas fossem feitas. Após algumas semanas visitando ocupações, visitamos 5 no total e conseguimos liberação pela administração de uma das ocupações para conversar com os moradores, localizada na Avenida Ipiranga no centro da cidade de São Paulo, ali encontramos total apoio dos moradores e administradores para que as conversas fossem feitas.

Nossos encontros com as crianças e adolescentes residentes ali aconteceram durante o mês de outubro onde fizemos conversas em roda no espaço de convivência do edifício, a metodologia usada foi de grupos focais que foram divididos por faixa etária, ao todo conseguimos conversar com 10 crianças, todas migrantes, pois a única família brasileira residente (com filhos) não aceitou conversar.

No começo do estudo existia uma hipótese completamente diferente da obtida em sua conclusão, onde entendia-se que a ocupação era um caminho para o fracasso do aluno migrante, hoje sabemos que a ocupação é como um veículo necessário para a afirmação do aluno migrante como cidadão, muitas vezes a única forma encontrada de se afirmar como morador de algum lugar, sem ela não seria possível a existência do “ser aluno” e apenas do migrante sem lugar no espaço. Esperamos que, com esse trabalho, fique evidente a existência de estudantes que não são sequer mencionados nas apurações quantitativas

sobre a educação, apesar de serem frequentemente mencionados como aqueles que trazem desordem para a cidade, por ocuparem ou morarem onde não deveriam, não são mencionados enquanto sujeitos migrantes ou até sujeitos migrantes alunos. Uma tentativa de contar para suas escolas o que se passa, em suas perspectivas, a maneira em que são tratados e negligenciados por um sistema que entende tê-los incluído.

O presente Trabalho de Graduação Individual está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo, trata-se de uma revisão literária sobre o assunto, quais os vieses tratados quando se estuda sobre ocupações e os estudantes que ali vivem, no segundo capítulo destrinchamos o relato de campo feito dentro da Ocupação República mencionada, no terceiro capítulo é abordada a questão do migrante preto na sociedade, trazendo em perspectiva tudo o que foi mencionado pelas crianças e adolescentes participantes do grupo focal e, finalmente, a conclusão encerra o TGI explicando tudo o que foi entendido ao final deste estudo.

2. Capítulo I - O direito à educação e as ocupações urbanas: revisão da literatura

Nos últimos anos, durante a pandemia, o número de famílias ameaçadas de despejo cresceu cerca de 655% no Brasil, de acordo com o levantamento feito pela Campanha Despejo Zero, entre março e agosto de 2020 o número era de 18.840 mil famílias e até julho era de 142.384. No início deste mesmo ano o número de famílias efetivamente despejadas era de 6.737 e após maio o número saltou para 31.421, sendo a maior parte desse índice ocupado por mulheres, crianças e idosos. De acordo com a Secretaria Municipal da habitação, no ano de 2016 existiam 288 mil famílias ameaçadas de despejo só na cidade de São Paulo e 1,2 milhões morando em moradias inadequadas em 2018. Por outro lado, existem ações da prefeitura que procuram alcançar essas famílias e abriga-las em moradias fornecidas pelo município.

A industrialização das cidades e do campo brasileiro acabou por aglomerar montantes de trabalhadores nas cidades, principalmente nas grandes cidades como a capital de São Paulo. As políticas higienistas aumentaram a especulação imobiliária em certos locais com maiores acessos a bens e serviços públicos e privados e resultou em uma visível segregação urbana, expulsando as famílias de baixa renda para lugares sem infraestrutura ou até mesmo em direção às ruas da cidade. Como dito, muitas famílias acabam por ter dificuldades para acessar o direito à moradia, dificuldades em usufruir dos serviços que a cidade deveria oferecer.

Pautas como o “direito a casa” e “direito à cidade” surgem na segunda metade do século 20 junto aos movimentos pela moradia, saúde, educação e lazer. Os movimentos de ocupação surgem com maior intensidade nos anos 80, impulsionados pelas rasas ações do governo referente à moradia, começam a propor a reforma urbana e ver as ocupações urbanas como principais soluções, procuram prédios, grandes fábricas abandonadas e outros terrenos que não cumprem sua função social para serem ocupados. Surgem nessa mesma época o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e outras instituições governamentais e ONGs com o intuito de organizar essas moradias urbanas e dar acesso àqueles que não tem.

Muitos anos depois, em 2014, surge a Frente de luta por moradia (FLM), um coletivo formado por representantes de movimentos sociais autônomos, cujo objetivo é a reforma urbana e um desenvolvimento urbano mais justo. Sediado na cidade de São Paulo, é uma das principais frentes de luta por moradia na cidade. Em 2007, treze movimentos eram filiados à FLM, hoje a maior parte das ocupações urbanas no centro de São Paulo são filiadas à FLM e organizadas por essa frente.

Por outro lado, a visão tecnocrata da construção do espaço urbano cresce, sem levar em consideração a realidade da cidade dividida entre quem tem acesso e quem não tem acesso à cidade de forma integral, o crescimento urbano acaba por ser sobreposto às classes oprimidas, pressionando-as cada vez mais.

A necessidade de democratização da terra urbana emerge na década de 1960, mas é completamente invalidada e inviabilizada pelo regime político da época. Já nos anos 80 os temas referentes à divisão democrática do espaço urbano aparecem nos discursos de movimentos sociais. Nesse momento, o país vivia uma redemocratização e também um movimento intenso dos trabalhadores rurais migrando para as grandes cidades que cresciam de forma acelerada e sem infraestrutura adequada. No espaço urbano começa a crescer cada vez mais situações de segregação espacial, com bairros periféricos afastados do centro e sem infraestrutura suficiente e sem esperanças de investimento público. A luta pela reforma urbana também surge com o objetivo de construir uma cidade para todos os trabalhadores e famílias que participam diariamente de sua construção. De acordo com Laura Rênes e Vinícius Neves em seu artigo “O desafio da educação popular na luta pela reforma urbana: o exemplo do Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC) na Ocupação Manuel Congo” (2019), para construir uma cidade com tais vieses seria necessário assumir a crítica à cidade mercantilizada, dos lucros, da valorização imobiliária, da propriedade privada; a cidade dividida entre ricos e pobres, entre os que possuem acesso aos serviços públicos e os que não possuem. As reivindicações conduzidas e encabeçadas pelos movimentos de luta pela Reforma Urbana exercem um papel para além das questões da democratização do solo urbano, lideram também a necessidade de justiça social e participação popular na gestão das cidades e também condições adequadas para o bem estar dos cidadãos.

busca para acabar com a visão tecnocrática de construção do espaço urbano e, sobretudo, a relação entre 'falta de desenvolvimento' e 'justiça social' (RENES e NEVES, 2019, pg. 4)

Grandes conquistas foram realizadas, principalmente após a formação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) em 1988, mas apesar dos avanços de mobilização popular e institucional a luta pela manutenção do direito à cidade e pelo contínuo avanço nas lutas a favor das políticas urbanas de direito à cidade. Em diversos contextos socioculturais, militantes e educadores do mundo inteiro construíram durante muitos anos ao lado de operários, de sem terras e de movimentos urbanos que lutavam pela libertação colonial, uma prática pedagógica de recusa ao modelo civilizatório capitalista e portadora de propostas educativas radicalmente novas (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1985).

Citando Betto & Freire (1986) a educação popular nasce e se desenvolve como uma prática interessada, engajada com os interesses das classes populares, sobretudo, em um contexto em que o analfabetismo era alto. Freire consegue entender e reunir informações e questões sobre os oprimidos e agrupar em forma de luta, afirmando que o homem tende a transformar-se em um sujeito da realidade histórica em que foi inserido durante sua vida, contrapõe consciência ingênua (onde estão grande parte da população de consciência oprimida - onde sutilmente é imposta a cultura do silêncio e são colocados como objetos ouvintes) e consciência crítica.

Freire coloca a necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória do oprimido. A importância da dialogicidade com o oprimido (ação dialógica) vai em oposição à pedagogia da classe dominante, aquela onde a ação antidialógica está em foco e a manipulação é instrumento de manutenção da opressão. O autor luta para uma pedagogia que contribua para a libertação do oprimido e sua transformação em sujeito cognoscente e autor da sua própria história através da práxis enquanto unifica entre ação e reflexão, ou seja, a liberdade do povo deve entender a perspectiva do oprimido e não do opressor.

Todos esses agentes e receptores visam uma ação libertadora que resulta da tomada de consciência, da transformação da mentalidade do oprimido e não necessariamente da transformação da situação que o oprime, a transformação de sua mentalidade poderia ser uma possível porta de escape de sua situação de oprimido para alcançar a consciência crítica. Os estudantes moradores de

ocupações urbanas em sua maioria se encaixam na classe dos de consciência oprimida, não são protagonistas de suas próprias histórias e vivem em prol da manutenção da realidade em que foram colocados. A educação pode ser o principal caminho para a mudança de suas consciências.

Por isso, nos interessa compreender como os moradores de ocupação, em especial as crianças, acessam o sistema formal de educação, bem como quais são os principais desafios que enfrentam nas escolas que frequentam. Com este intuito, fomos à campo visitar uma das ocupações localizada na região central da cidade de São Paulo. No próximo capítulo deste TGI, apresentaremos um breve relato de nossa visita.

3. Capítulo II - Relato de campo

Inicialmente foi encontrado uma enorme dificuldade em ter acesso às ocupações contatadas. Inicialmente foi necessário pedir permissão para a administração desses locais, as abordagens foram feitas de forma casual na portaria dos prédios ocupados. Esses locais são organizados por muitas pessoas que fazem parte de um grupo de coordenação e foi preciso conversar com cada um desses para que fossem permitidos encontros e conversas com as crianças e adolescentes residentes lá. Um dos principais pontos de dificuldade é que a maioria dos organizadores não falam em português pois não são brasileiros.

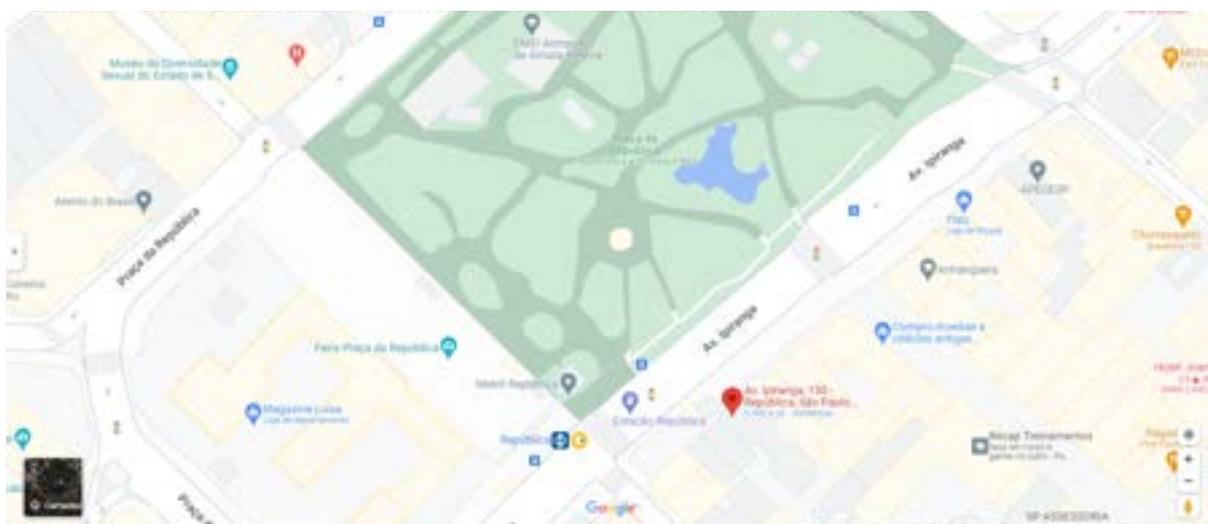
Após dois meses de tentativas e uma quase desistência, consegui contato com um dos coordenadores da Ocupação República, que fica na frente da praça da República na Avenida Ipiranga, um prédio de 15 andares que abriga 105 famílias, em sua maioria não brasileiros. O prédio, que era o antigo Escritório de Edificação da Prefeitura e também Conselho Tutelar, permaneceu desocupado por 8 anos até o Movimento Coletivo de Moradia Popular (MCMP) ocupá-lo em janeiro de 2022, inicialmente com 40 famílias. De acordo com Gabriel, administrador que nos recebeu, no começo, o prédio não tinha nenhuma estrutura, sem água, sem fiação para luz elétrica e sem repartições para alocar as famílias, foi necessário um grande projeto de reestruturação, onde foi comprado mais de 400 metros de fiação, bombas de água para os 15 andares e instalação de drywall nos andares que eram galerias. Após este processo demorado, apesar de simples, atualmente o lugar já é mais organizado com salão de beleza, mercado, restaurante e 105 famílias morando na ocupação. O presente desafio para a administração é se organizar para consertar o elevador.

Figura 1 - Ocupação República



Fonte: própria, 2022

Figura 2 - Representação da localização da ocupação no mapa



Fonte: Google Maps, disponível em: www.googlemaps.com.br/Av.ipiranga.190 Acesso em 12/02/2023

Fizemos uma conversa com os adolescentes e crianças que ali estavam. Inicialmente eles se mostraram um pouco tímidos e inibidos, alguns ainda não

entendem bem o português, mas com um pouco de conversa eles foram se soltando.

Durante a conversa foram feitas perguntas direcionadas às suas vidas escolares, como onde estudam, em qual escola, como encaram sua nova rotina em um novo país e pedimos para que eles desenhassem ou escrevessem sobre sua escola dos sonhos em uma folha e em outra fizessem o mesmo porém com relatos escritos ou desenhados sobre suas escolas atuais. Inicialmente havia uma hipótese de que o ambiente da ocupação, por ser usualmente um ambiente complexo cheio de rugosidades e dificuldades em sua resistência, tornando mais difícil a vida dos estudantes que ali residem. Porém, em conversa com eles descobri que a complexidade de suas vidas estudantis era muito maior e além do contexto de dificuldades da vivência dentro de uma ocupação urbana.

Todas as crianças que participaram do grupo focal não eram brasileiras e estão regularmente matriculadas em um desses dois colégios:

Figura 3 - E. E. DRª Maria Augusta Saraiva



Fonte: Google, 2022. Disponível em: www.google.com.br/EEDRAMariaAugustaSaraiva.

Acesso em: 14/02/2023.

Figura 4: E.E. Profª Marina Cintra



Fonte: Google, 2022. Disponível em: www.google.com.br/EEMarinaCintra. Acesso em: 14/02/2023.

Perguntas e dinâmicas feitas com o grupo focal:

Todas as conversas foram feitas em formato de grupos focais onde as crianças conversavam como em uma roda de conversa, estavam livres para abordar os assuntos que se sentiam mais à vontade e, nesses momentos, as perguntas eram feitas.

Crianças até 10 anos:

1. Onde vocês estudam?
2. Como vão até a escola?
3. Quem leva vocês?
4. O que fazem depois da escola?
5. Como é lá na escola?
6. Como são as aulas?
7. Qual o professor favorito?
8. Como são seus amigos?
9. Vocês querem ser o que crescerem?
10. Com o que os pais de vocês trabalham?
11. Faça um desenho de uma escola ideal e depois desenhe sua escola.

Para maiores de 10 anos:

1. Onde vocês estudam?
2. Como vão até a escola?
3. Quem leva vocês?
4. O que fazem depois da escola?
5. Como é na escola?
6. Como são as aulas?
7. Qual o professor favorito?
8. Como são seus amigos?
9. Vocês se sentem diferentes na escola?
10. Algum dia o lugar onde você mora atrapalhou seus estudos?
11. No que você sente que a escola poderia te ajudar mais?
12. Você sente que a escola te entende?
13. O fato de morarem em uma ocupação muda a forma como você vê a escola?
14. Escreva palavras que definem uma escola ideal e escreva palavras, frases ou desenhos que definem a escola onde você estuda e, em outro papel, faça o mesmo pensando na escola dos seus sonhos.

Selecionei alguns relatos das crianças que participaram dos grupos focais:

-Criança 1-

11 anos, senegalês, veio morar no Brasil com a mãe faz 6 anos.

Escola dos sonhos:

Figura 5 - Pintura de uma das crianças entrevistadas



Fonte: própria, 2022.

Escola atual:

Figura 6 - Pintura de uma das crianças entrevistadas



Fonte: própria, 2022.

Palavras sobre a escola dos sonhos:

Escola boa, espaços de lazer, parquinho grande, educação de qualidade.

Palavras sobre a escola atual:

Muitas atividades para fazer, pouco espaço para brincar, sempre fui tratado bem.

-Adolescente 1-

16 anos, angolano, veio morar no Brasil com a mãe faz 6 meses.

Escola dos sonhos:

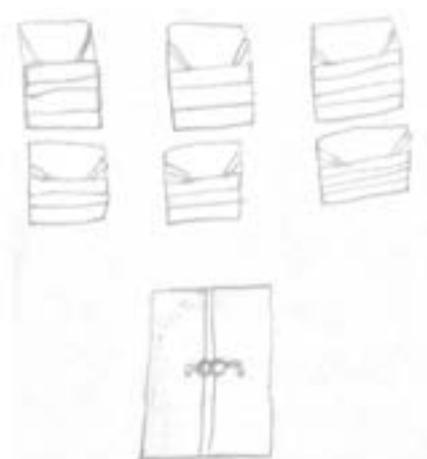
Figura 7 - Pintura de uma das crianças entrevistadas



Fonte: própria, 2022.

Escola atual:

Figura 8 - Pintura de uma das crianças entrevistadas



Fonte: própria, 2022.

Palavras associadas a escola dos sonhos:

Bons professores, professores negros, quadra grande, educação física, aula vaga, ping pong, futebol e balada com os amigos.

Palavras associadas a escola atual:

Pessoas egoístas, excluído, “não gostam de mim porque sou negro”, sem amigos, muita repreensão, professores que gritam, comida boa, pequena.

-Adolescente 2-

13 anos, angolano, mora no Brasil com a mãe faz 7 meses.

Figura 9 - Registro escrito por um dos adolescentes entrevistado



Fonte: própria, 2022.

“Eu gostaria que na minha escola tivesse interclasse, pebolim. Eu gostaria que não houvesse racismo, que a escola fosse grande e que tivesse uma quadra grande, que tivesse vários professores, que os professores parassem de se demitir por causa do salário baixo e que os alunos parassem de brigar entre brancos e negos, muito bullying.

A escola escola dos meus sonhos é onde o diretor fica no meio e todas as salas de aula ficam ao redor da sala do diretor, que a escola fosse grande com quadra grande, vparias atividades e espaços grandes para brincar de interclasse onde tanto os negros quanto os brancos vivessem em união sem racismo”

Durante as conversas as crianças e adolescentes foram se sentindo mais à vontade e relatando de forma mais livre. Não foi induzido nenhum assunto que foi comentado, eles ficaram livres para conversar e relatar o que se sentissem mais à vontade e foram contando os seus sentimentos relacionados a suas vivências escolares. Todos eles, em algum momento da conversa, contaram que não se sentem incluídos e isso dificulta bastante no momento de interação escolar. Contaram que sofrem racismo dos colegas de classe e de alguns professores com frases como “você não faz tarefa porque é africano e africano é folgado” e que alguns alunos mais velhos os confrontam fisicamente de forma agressiva, os deixando excluídos de alguns eventos escolares e roubando a peruca de algumas meninas africanas.

É possível ver a diferença nos desenhos que eles fizeram entre a escola que eles frequentam com os desenhos que eles fizeram sobre as escolas dos sonhos. É possível perceber falta de cor e traços muito menos rebuscados nos desenhos referentes às escolas em que estudam do que nos desenhos das escolas dos sonhos. Em um dos relatos foi dito que era necessário mais

professores negros e, para além disso, que a única pessoa negra na escola era o diretor e que ele era a única esperança que eles tinham, por isso queriam que a sala do diretor fosse no centro de todas as outras salas, para que ele conseguisse acompanhar tudo o que acontece na escola de forma mais próxima e tomar as devidas providências.

Em conversa com a coordenação do local descobri que não existe nenhuma criança moradora da Ocupação República que não vai a escola, devido ao trabalho bem feito por parte do Conselho Tutelar junto à coordenação da ocupação, quando existem crianças ou adolescentes em idade escolar que não estão matriculados eles fazem uma visita e, caso a situação não mude em dias determinados, eles multam a ocupação. Por isso, existe um trabalho intenso por parte da administração para que não ocorra casos de crianças residentes que não estejam matriculados ou que não vão à escola.

Em diversos momentos tentei entrar em contato com as duas escolas que os alunos frequentam, de forma física e remota, mas em nenhum momento a escola respondeu ou mostrou interesse em marcar uma reunião ou uma conversa. Consegui contato com uma professora de uma das escolas, mas ela também não conseguiu um horário para que conseguisse me passar a vivência por parte da escola, para que o trabalho fosse mais completo.

Figura 10: Criança moradora da Ocupação República confeccionando desenho



Fonte: própria, 2022.

Figura 11: Adolescentes moradores da Ocupação República confeccionando desenho



Fonte: própria, 2022.

Figura 12: Adolescente morador da Ocupação República confeccionando desenho



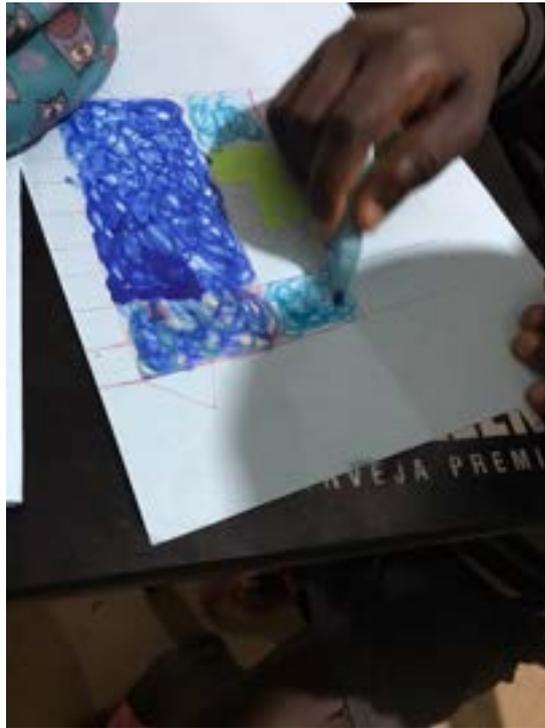
Fonte: própria, 2022.

Figura 13: Adolescentes moradores da Ocupação República confeccionando desenho



Fonte: própria, 2022.

Figura 14: Criança moradora da Ocupação República confeccionando desenho



Fonte: própria, 2022.

Figura 15: Autora do TGI cuidando de alguns bebês para que seus irmãos pudessem desenhar e escrever sobre o assunto sugerido



Fonte: própria, 2022.

4. Capítulo III - O racismo estrutural, a discriminação do imigrante e a educação

“Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e do legado iluminista, o ciclo de morte e destruição do colonialismo e na escravidão possam operar simultaneamente como os fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea.” (ALMEIDA, 2018, p. 23)

Durante o processo de realização das rodas de conversa com as crianças moradoras de ocupação, um dos temas que emergiu sobre a relação deles com a escola foi o racismo. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, até os dias de hoje as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano da sociedade brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os negros representam 70% do grupo abaixo da linha da pobreza no Brasil, além de serem os que possuem os rendimentos econômicos mais baixos, a população preta também é maioria entre as que possuem vulnerabilidade nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostrando evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra.

A desigualdade racial no Brasil é tão nítida que não é preciso sufocar as estatísticas para perceber ou comprovar seu inquestionável caráter estrutural e sistêmico que persiste devido a histórica fragilidade de políticas públicas e de enfrentamento, além da constante tentativa de desmonte dos movimentos negros que tentam crescer no país. Pode-se observar também a falta de representatividade negra entre espaços de liderança em empresas e também em cargos de maior visibilidade como juízes, políticos e artistas.

Para complementar tem-se também os estigmas e estereótipos ocidentais ainda associados aos migrantes, principalmente aqueles que vêm do continente africano. Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), hoje temos cerca de 1,3 milhões de pessoas que adotaram o Brasil como segunda pátria. Destes, a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) no Brasil reconhece 60.011 como refugiados, estes refugiados

são de 117 países diferentes, mas o maior fluxo está entre venezuelanos (48.789), sírios (3.667), congolese (1.448) e angolanos (1.363).

Após muitos anos de migração a diáspora africana ainda é realidade no presente, porém, de formas diferentes, a socióloga Ester Rodrigues afirma em seu mestrado de tema “Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo: fluxos e refluxos da diáspora” (2014) que, atualmente a emigração africana pode ocorrer de livre vontade, ou seja, quando não há imposição física para que isso aconteça, mas não de forma espontânea, porque é uma diáspora “forçada” por fatores econômicos, políticos, sócio-culturais e psíquicos, causados por inúmeras consequências desencadeadas pelo tipo de colonização desenvolvida no continente africano.

“O deslocamento de pessoas de um país para outro, ocorre pela necessidade de encontrar um lugar onde possa integrar-se no processo de “desenvolvimento social” imposto pelos países dominantes.”

(RODRIGUES, 2014, P, 40)

Estes estigmas e estereótipos são formados pois a história do homem e da mulher vem sendo contada de forma limitada e selecionada já há algum tempo. De acordo com o filósofo Silvio Almeida no século XVIII o projeto iluminista começa a transformação social de um saber filosófico que tem o homem como seu principal objeto, um homem que não é apenas sujeito mas também objeto, conhecedor, ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística). É nesse momento que surge a distinção entre o ser civilizado e o ser selvagem (primitivo), assim nasce a ideia do homem universal e de seus direitos e essa “razão universal” se torna a chave para o entendimento de que era necessário o movimento de transmissão dessa “civilização” para outros lugares do mundo onde iriam em “benefício” dos “primitivos” (não-europeus), que ainda não deleitavam os benefícios dessa liberdade. Nasce então o colonialismo, base fundamental de tudo o que é chamado de Estado ou sociedade desse lado do globo.

Após anos de consequências de práticas de discriminação racial direta e indireta (conceito citado por Almeida), ao longo do tempo, cria-se um fenômeno

chamado de intergeracional, onde os entendimentos baseadas em pré-concepções fundadas da percepção de poder e repúdio sobre determinada raça são passados a todos os membros do grupo social, todos são afetados, e sem necessariamente entender esses conceitos como problemáticos ou irracionais, o nome desse fenômeno é o racismo estrutural, que está presente em todas as estruturas, causando o que foi dito logo acima.

Ester Rodrigues, em seu mestrado, também cita que em 2011 no Texas, Estados Unidos, durante o 9º Fórum de Austin, teve como tema a “Cobertura Jornalística de Migrações Americanas”. O jornalista José Luis Benitez, refere que apesar do papel fundamental dos imigrantes na sociedade e na economia, a cobertura jornalística sobre esta população frequentemente se limita ao sensacionalismo dos crimes e tragédias ou histórias de heroísmo.

Nesses casos a tomada de consciência sobre a problematização do tema é vital. O entendimento de que não se vive em uma sociedade igualitária é o primeiro passo para a emancipação tanto do opressor quanto do oprimido, nessa perspectiva, a construção de uma sociedade mais igualitária necessita a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo, para assim elaborar projetos efetivos de enfrentamento. No âmbito da educação, a desigualdade, intolerância racial e o racismo também são evidentes, sem pensar uma educação igualitária e emancipatória é impossível pensar em ações anti racistas por parte do governo, para qualquer mudança é necessário ter a educação como aliada.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação 2019), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 71,7% dos jovens fora da escola são negros, e apenas 27,3% destes são brancos. O mesmo estudo demonstra a desigualdade de acesso à educação nos índices de analfabetismo. Em 2019, 3,6% das pessoas brancas de 15 anos ou mais eram analfabetas, enquanto entre as pessoas negras esse percentual chega a 8,9%.

A desigualdade racial mostra diferenças não só no direito à aprendizagem, mas também nos resultados dentro da escola, como demonstra um recente estudo realizado pelo Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) a pedido da Fundação Lemann. A pesquisa demonstrou através de dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que em todos os

estados do país, tanto no 5º quanto no 9º ano, em todas as disciplinas avaliadas (Língua Portuguesa e Matemática) há diferenças consideráveis entre o percentual de estudantes negros e brancos que atingem índices adequados de aprendizagem.

Como dito, o racismo é apenas mais um entre os inúmeros desafios que as crianças imigrantes moradoras de ocupação enfrentam para garantirem seus direitos à cidade e a educação, levando em consideração os outros inúmeros de preconceitos, desigualdades de oportunidades e obstáculos que enfrentam na tentativa de seguirem seus verdadeiros sonhos e se desconectarem do que a sociedade capitalista acaba por determinar como seu eminente futuro.

A educação formal passa a ser então a maior possibilidade de transcendência, apesar do sistema educacional ser, muitas vezes, formulado por seres que detêm os mesmos estigmas e estereótipos citados anteriormente, caso o processo fosse diferente, os alunos fossem inseridos de forma eficaz e a organização da escola fosse repensada para abraçar o aluno preto, migrante, morador de ocupação e sua família a realidade seria diferente e esses alunos teriam futuros diferentes dos índices mostrados neste trabalho e, com o tempo e por parcelas, os estigmas seriam transformados, haveria uma mudança notável na quantidade de africanos em outros setores brasileiros, como em indústrias, escolas, em programas de televisão e, aos poucos, eles seriam efetivamente inseridos na sociedade brasileira como vários outros povos e nacionalidades menos discriminadas já foram inseridas.

Em São Paulo temos modelos inspiradores de iniciativas de integração efetiva que estão dando certo, como por exemplo a EMEF Infante D. Henrique, que em 2012 percebeu que a demanda de alunos imigrantes só aumentava e eram inumeros os relatos recebidos de discriminação, bullying e violência, muitas vezes não podiam levar eletrônicos para a escola pois eram ameaçados na saída.

Notando o padrão de desconforto e violência vivido por esses alunos, o diretor Cláudio Marques Neto construiu uma proposta de reunir quinzenalmente todos os alunos em apresentações da história, culinária e arte dos países de origem desses estrangeiros que ali estudavam. Em entrevista feita em 2018 para o site “Nova Escola Gestão”, o diretor explica que “a dinâmica de ter esses alunos protagonizando projetos na escola e dos brasileiros se aproximarem da cultura de origem dos imigrantes nos ajudaram a mudar essa realidade em pouco tempo”.

Atualmente, já com o projeto mais sólido, a escola acolhe os imigrantes de forma diferenciada desde o primeiro dia de aula, com cartazes de saudação feitos em suas línguas de origem, de acordo a reportagem feita em setembro de 2022 por Marli Kuhmen o projeto já reúne mais de 140 alunos e 28 educadores, onde são oferecidas aulas de reforço da língua portuguesa no contraturno dos alunos e a noite para os pais, ponto importante para a inserção no mercado não só do aluno futuro trabalhador, mas também de sua família.

Comprovando que, burlando as dificuldades financeiras e de infraestrutura que existem na escola pública e que são difíceis de solucionar, um projeto sólido e bem fundamentado de inclusão pode fazer mudanças sociais concretas e de extrema importância na comunidade em pouco tempo. Demonstrando que é possível travar uma batalha em prol da inclusão do migrante e de sua família no dia a dia escolar, no planejamento das aulas, na administração dos professores, coordenadores, cantina e na vivência escolar de forma completa.

5. Conclusão

Em conclusão, a vivência educacional de crianças e adolescentes migrantes moradores de ocupações urbanas no centro de São Paulo é um tema complexo e multifacetado que apresenta desafios significativos. A falta de acesso à educação inclusiva de qualidade, as barreiras linguísticas e a insegurança habitacional são apenas algumas das questões enfrentadas por essa população vulnerável. Apesar de haver esperança para o futuro, é importante ressaltar que a situação enfrentada é, em grande parte, resultado de políticas públicas falhas (ou a falta delas) e de uma sociedade desigual e excludente. A exclusão social e a desigualdade de oportunidades são problemas estruturais que afetam de forma desproporcional a população mais vulnerável, incluindo migrantes e suas famílias.

Além disso, a falta de recursos e a infraestrutura precária das escolas localizadas próximo a ocupações urbanas, muitas vezes, prejudica ainda mais a educação e o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, além da falta de consciência por parte dessas escolas da realidade de violência vivida pelos alunos imigrantes que ali estudam. A carência de profissionais qualificados e capacitados para lidar com a diversidade cultural e linguística também pode dificultar o processo de aprendizado e inclusão.

No entanto, há esperança para o futuro. As ações afirmativas nas escolas, políticas públicas e projetos sociais podem ajudar a garantir que essas crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação efetiva, não violenta e de qualidade, bem como a oportunidades de desenvolvimento pessoal, sócio emocional e profissional, como no caso da EMEF Infante D. Henrique. A comunicação entre as escolas, professores e administração das ocupações onde vivem é crucial para fornecer um ambiente seguro e acolhedor, que permita que essas crianças e adolescentes floresçam e alcancem todo o seu potencial.

Entende-se que é importantíssimo o papel das ocupações em assumir o lugar de lutar e representar essas demandas para as escolas, colocar em evidência como estão sendo tratados seus moradores nas escolas, além de continuar apoiando e obrigando a matrícula escolar e frequência nas aulas por parte das crianças imigrantes, também a necessidade de construção de ambientes de estudo dentro das ocupações, para além de salões de convivência

social, mas endossar momentos de estudos e de troca entre os estudantes, colaborando com o empoderamento social destes, em uma emancipação individual de cada estudante.

Como educadores, ou futuros educadores, é nosso dever estar atentos às questões enfrentadas por crianças e adolescentes migrantes moradores de ocupações urbanas no centro de São Paulo. Devemos buscar maneiras de apoiar e incluir essas crianças em nossas salas de aula, trabalhando em conjunto com suas famílias e comunidades para fornecer um ambiente de aprendizado saudável, inclusivo e não violento, além da necessidade de colocar referências de suas realidades no dia a dia escolar, e incentivar a representatividade desses povos na escola. Somente através de uma abordagem colaborativa e sensível às necessidades dessas crianças e adolescentes, poderemos garantir que tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para prosperar e construir um futuro melhor para si e para suas comunidades.

É necessário, portanto, que ações afirmativas e políticas públicas sejam implementadas para garantir que essas crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. É preciso que o Estado assuma sua responsabilidade de garantir o acesso à educação para todos e que as escolas, professores e comunidades locais se mobilizem para criar ambientes inclusivos e acolhedores para essas crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** . São Paulo: Intermeios. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. **A Educação Obrigatória: seu sentido educativo e social.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

APPLE, Michel; BEANE, James. **Escolas democráticas. Cadernos de Pesquisa**, n. 103, p. 191-191, 1998.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural. [Structural Racism].** São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SANTOS, BOAVENTURA. **PARA UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS ***. Revista Crítica de Ciências Sociais,: [s. n.], 2022- .

Santos B de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estud CEBRAP [Internet]. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 14/02/2023

KUENZER, A. Z.. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação.** Educação & Sociedade, v. 19, n. Educ. Soc., 1998 19(63), ago. 1998.

LEMANN, Fundação. **DESIGUALDADES LIGADAS A COR / RAÇA. In: Projeto: Desigualdades ligadas a cor / raça Desigualdades no percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano.** [S. l.], 2019. Disponível em: <https://gestao.qedu.org.br/planilha/desigualdades-ligadas-a-cor-raca/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

RODRIGUES, Ester. **Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo: fluxos e refluxos da diáspora.** 2014. Mestrado- PUC, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/12848/1/Ester%20Fatima%20Vargem%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ESCOLA que prega inclusão vence Prêmio Faz a Diferença. [S. l.], 20 fev. 2018. Disponível em:

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1947/escola-publica-que-prega-inclusao-vence-premio-faz-a-diferenca>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PROJETO acolhe imigrantes que querem aprender português gratuitamente. [S. l.], 15 set. 2022. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/projeto-acolhe-imigrantes-que-quer-em-aprender-portugues-gratuitamente/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LEONARDO, Pericles. **As ocupações urbanas, a luta pela moradia e o direito à cidade: O instrumento chamado “ocupação” assume, em todo o Brasil, um papel determinante nas lutas.** Brasil de Fato, [S. l.], p. 1-2, 6 dez. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/06/as-ocupacoes-urbanas-a-luta-pe-la-moradia-e-o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RÊDES, Laura; NEVES, Vinicius. O desafio da educação popular na luta pela reforma urbana: o exemplo do Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC) na Ocupação Manuel Congo (MNLM-RJ). Revista Discente Programa de Pós-graduação FGV, [s. l.], v. 10, n. 12, 2019.